

Ação Comunitária do Brasil – São Paulo

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016	11

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton
Auditoria e Consultoria Ltda.
Av. Engenheiro Luis Carlos
Berrini, 105 12º andar
Edifício Berrini One |
Itaim Bibi São Paulo | SP
| Brasil
T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos
Associados, Conselheiros e Administradores da
Ação Comunitária do Brasil - São Paulo
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ação Comunitária do Brasil – São Paulo (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ação Comunitária do Brasil – São Paulo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2018.



Alcides Afonso Louro Neto
CT CRC 1SP 289.078/O-2

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras sem restrição	4	2.486	1.854
Recursos vinculados a projetos	5	3.654	3.215
Contas a receber	6	1.432	1.344
Estoques	-	276	178
Outros créditos	7	2.483	3.039
Impostos a recuperar	-	3	3
Despesas antecipadas	-	47	33
Total do ativo circulante		<u>10.381</u>	<u>9.666</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	98	79
Outras contas a receber	-	18	18
Impostos a recuperar	8	160	160
Imobilizado	9	1.994	1.941
Intangível	-	57	68
Total do ativo não circulante		<u>2.327</u>	<u>2.266</u>
Total do ativo		<u>12.708</u>	<u>11.932</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante			
Fornecedores	10	431	472
Financiamentos	-	8	-
Férias e encargos	11	617	481
Impostos a recolher	-	4	13
Recursos vinculados a projetos	5	3.654	3.215
Outras contas a pagar	-	128	235
Total do passivo circulante		4.842	4.416
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	-	24	-
Financiamentos	-	21	-
Total do passivo não circulante		45	-
Patrimônio líquido	12		
Patrimônio social	-	7.516	7.111
Superávit (déficit) acumulado	-	306	405
		7.822	7.516
Total do passivo e patrimônio líquido		12.708	11.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas operacionais			
Com restrições			
Contribuições e doações	13	4.776	2.099
		4.776	2.099
Sem restrições			
Contribuições e doações	14	3.968	5.570
Venda de produtos	15	6.135	4.495
Aluguel		-	59
Trabalho voluntário	24	526	517
		10.630	10.641
Total das receitas operacionais		15.406	12.741
Custos e despesas operacionais			
Com restrições			
Assistência social	16a	(4.776)	(2.099)
		(4.776)	(2.099)
Sem restrições			
Assistência social	16b	(2.243)	(3.233)
Custo dos produtos vendidos	17	(3.814)	(2.755)
Despesas com venda de produtos	18	(1.860)	(1.370)
Depreciação e amortização	-	(252)	(256)
Despesas com mobilização de recursos	19	(1.233)	(1.475)
Despesas administrativas e gerais		(506)	(793)
		(9.907)	(9.882)
Trabalho voluntário	24	(526)	(517)
Total dos custos e despesas operacionais		(15.209)	(12.498)
Superávit antes do resultado financeiro		196	242
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		230	251
Despesas financeiras		(119)	(88)
		111	163
Superávit do exercício		306	405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (déficit) acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.664	(553)	7.111
Transferência para o patrimônio social	(553)	553	-
Superávit do exercício	-	405	405
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>7.111</u>	<u>405</u>	<u>7.516</u>
Transferência para o patrimônio social	405	(405)	-
Superávit do exercício	-	306	306
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>7.516</u>	<u>306</u>	<u>7.822</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Das atividades operacionais		
Superávit do exercício	306	405
	-----	-----
Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	252	256
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	-	10
	-----	-----
	557	670
Aumento (redução) das contas do ativo		
Reversos vinculados a projetos	(439)	(945)
Contas a receber	(88)	(275)
Estoques	(98)	2
Outros créditos	559	418
Impostos a recuperar	(1)	1
Despesas antecipadas	(14)	(3)
Depósitos judiciais	(19)	(7)
Outros ativos	-	(18)
Aumento (redução) das contas do passivo		
Fornecedores	(41)	88
Empréstimos	8	-
Salários, férias e encargos a pagar	136	(99)
Recursos vinculados a projetos	439	945
Impostos a recolher	(9)	6
Outras contas a pagar	(107)	(32)
Provisão para contingências	24	-
Empréstimo a pagar	21	-
	-----	-----
Caixa proveniente das atividades operacionais	927	751
Das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(296)	(28)
	-----	-----
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(296)	(28)
	-----	-----
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>631</u>	<u>723</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.854	1.131
No final do exercício	2.486	1.854
	-----	-----
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>632</u>	<u>723</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo, sob nome fantasia “Vocação”, foi constituída em 1967. É uma Entidade de direito privado, beneficente, sem fins lucrativos, sem credo religioso e sem vinculação político-partidária, isenta de qualquer forma de discriminação em relação à raça, sexo, cor, idade, origem ou qualquer outra natureza.

Seu objetivo é a promoção da inclusão social por meio de programas socioeducativos, socioassistenciais, culturais, de esporte e lazer e preservação ambiental, para solução de questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, prestando para tais fins, serviços gratuitos, permanentes, sem qualquer discriminação de clientela, conforme a legislação em vigor. Dedicar-se também, à realização de estudos, pesquisas e projetos, por si ou por meio de terceiros, objetivando a formação de tecnologia para o desenvolvimento social e cultural das comunidades que atua, bem como a prestação de serviços à órgãos públicos, à instituições voltadas ao desenvolvimento comunitário sustentável e à empresas privadas.

Para a consecução desse objetivo, utilizará os meios disponíveis para pesquisas e estudos, visando o desenvolvimento de planos e ações, bem como a mobilização de recursos privados e públicos, nacionais ou estrangeiros necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades. É reconhecida como entidade de utilidade pública Federal, Estadual e Municipal.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 12 de março de 2018.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), particularmente à NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1255/09, bem como disposições específicas estabelecidas pela Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002(R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucros.

Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Não há informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

3. Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis:

a) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Entidade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e as aplicações em fundos de investimentos. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Despesas operacionais – Financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado da Entidade compreendem as "Aplicações financeiras – recursos sem restrição".

Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição

São instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustado ao seu valor de mercado em contrapartida do superávit do exercício.

iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Outros créditos” e “Recursos vinculados a projetos”.

Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e referem-se às vendas de cartões de natal e brindes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração sobre títulos vencidos a mais de 90 dias com reversão dos títulos registrados em cartório e registradas em cobrança judicial, para fazer em face de eventuais perdas na realização das contas a receber.

Recursos vinculados a projetos

A Entidade mantém neste saldo os recursos recebidos através da Lei Rouanet e FUMCAD, que ainda não foram aplicados nos projetos, detalhado na Nota Explicativa nº 5.

iv) Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade desconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, por meio, do método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva).

Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Entidade tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, recursos vinculados a projetos e outras contas a pagar.

b) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Os estoques compreendem os brindes não realizados até o término do exercício e outros materiais.

c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil	Taxas anuais de depreciação
Computadores e periféricos	05 anos	20%
Instalações	10 anos	10%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Veículos	10 anos	10%
Edifícios	32 a 59 anos	1,5%

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

d) Intangíveis

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

f) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

g) Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As declarações de rendimentos da Entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

i) Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de bens móveis e imóveis, títulos, rendas, valores e direitos, acrescido (ou diminuído) pelo superávit (ou déficit) apurado em cada exercício.

j) Receita operacional

A Entidade reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurado com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e **(iii)** critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

Doações sem restrições

Cujos doadores não estipulam condições específicas a serem cumpridas pela Entidade. Essas doações são contabilizadas como receitas quando recebidas.

Doações com restrições

Cujos doadores determinam em quais atividades os recursos devem ser aplicados. A Entidade mantém essas doações no passivo circulante (na rubrica "Recursos vinculados a projetos") e as reconhece como receitas à medida em que os recursos são aplicados.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Entidade compreendem: rendimentos de aplicações financeiras; receitas e despesas de juros; e despesas bancárias.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

l) Gratuidade

Tendo em vista que a Entidade é uma entidade sem fins lucrativos, beneficente de assistência social e reconhecida de utilidade pública, parte substancial de suas despesas é considerada como gratuidade concedida, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC PME – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras sem restrição

	2017	2016
Caixa	9	9
Bancos conta movimento	8	32
Aplicações financeiras (i)	2.469	1.813
	2.486	1.854

(i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados.

5. Recursos vinculados a projetos

	2017	2016
Bancos - conta corrente	35	2.827
Aplicações financeiras	2.799	334
Projetos a receber	820	54
	3.654	3.215

Recursos vinculados à projetos representam os saldos de recursos recebidos que serão utilizados exclusivamente em contrato de gestão de projetos de lei incentivados. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não aplicados nas atividades ligadas ao projeto. Todo o rendimento é revertido para aplicação no projeto.

Lei Rouanet

A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também por Lei Rouanet, é a lei que institui políticas públicas para a cultura nacional, como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). As diretrizes para a cultura nacional foram estabelecidas nos primeiros artigos, e sua base é a promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

O grande destaque da Lei Rouanet é a política de incentivos fiscais que possibilita as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoa física) aplicarem uma parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.

O projeto que recebe esses recursos atualmente é o Plano Anual de Atividade – PAA juntos pela Arte (Projeto Pronac 164149), mencionado na Nota Explicativa nº 16a.

FUMCAD

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD) foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei Federal 8.069/90), e através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do Imposto de Renda, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes (através de doações via Lei nº 8.069/90 do FUMCAD). Os recursos são administrados pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, compostos por representantes do governo e da sociedade.

Os projetos que recebem esses recursos atualmente são os Projeto Música em Ação, Projeto Famílias e Comunidade em Rede e Projeto Jovens de Ação mencionados na Nota Explicativa nº 16a.

CONDECA

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) foi criado pela Lei Estadual nº 8.074/92, e através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do Imposto de Renda, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes em âmbito Estadual (através de doações do CONDECA). Os recursos são administrados e representados por integrantes do governo e da sociedade civil.

O projeto que recebe esses recursos atualmente é o Projeto Vocação Sustentável mencionado na Nota Explicativa nº 16a.

6. Contas a receber

	2017	2016
Venda de produtos no País (a vencer)	1.333	1.258
Venda de produtos no País (vencidos)	178	168
Perdas estimadas com créditos de liquida�o duvidosa (*)	(79)	(82)
	1.432	1.344

(*) Valores de títulos vencidos a mais de 90 dias com reversão dos títulos registrados em cartório e registradas em cobrança judicial, conforme políticas de recupera o de crédito interno.

7. Outros créditos

	2017	2016
Nota fiscal paulista a receber (i)	867	2.612
Adiantamentos efetuados a projetos (ii)	1.345	275
Projetos especiais a receber	112	30
Outros	158	122
	2.483	3.039

- (i) De acordo com os termos da Lei nº 12.685/2007 Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, as entidades de assistência social e da área da saúde podem se beneficiar no Programa da Nota Fiscal Paulista, recebendo notas e cupons fiscais sem a identificação do CPF do consumidor e cadastrá-las no sistema da Nota Fiscal Paulista com seu CNPJ, assim como participar dos sorteios realizados mensalmente pelo programa;
Durante o exercício foram cadastrados notas e cupons fiscais a favor da Entidade, que geraram créditos no Programa Nota Fiscal Paulista no montante de R\$ 1.543 de receita, sendo R\$ 867 previsto para liberação do valor integralmente até abril de 2018;
- (ii) Refere-se a adiantamentos efetuados pela Ação Comunitária com recursos próprios para financiamento dos projetos, devido a atraso no repasse das verbas da prefeitura do município de São Paulo. Os valores estão previstos para recebimento em 2018.

8. Impostos a recuperar

Por recomendação de seus assessores legais, em julho de 1992 a Entidade impetrou mandado de segurança perante a 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital contra o Delegado Regional Tributário da Grande São Paulo, objetivando o reconhecimento judicial da inexigibilidade de qualquer recolhimento a título de ICMS sobre a venda de agendas e cartões de Natal, argumentando ser reconhecida como entidade imune de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Nesse processo, vitorioso em instância final, a decisão judicial proferida em 09 de novembro de 1998 determinou à Fazenda do Estado a restituição do imposto que fora indevidamente recolhido nos exercícios de 1990 e 1991, no total de R\$ 570, montante que foi objeto de precatório. O montante de R\$ 160 apresentado no saldo de impostos a recuperar em dezembro de 2017 contempla a 10ª parcela que aguarda liberação de pagamento.

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2017	2016
Computadores e periféricos	20%	280	210
Instalações	10%	301	263
Móveis e utensílios	10%	69	67
Veículos	10%	49	85
Máquinas e equipamentos	10%	238	234
Edifícios	1,50%	1.057	1.082
		1.994	1.941

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida no ano de 2017 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2017
Computadores e periféricos	210	147	-	(77)	280
Instalações	263	78	-	(40)	301
Móveis e utensílios	67	18	(1)	(15)	69
Veículos	85	-	-	(36)	49
Máquinas e equipamentos	234	40	-	(36)	238
Edifícios	1.082	-	-	(25)	1.057
	1.941	283	(1)	(229)	1.994

10. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores	431	470
Educador Social	-	2
	431	472

11. Férias e encargos

	2017	2016
Salários e encargos	167	137
Provisão de férias	450	345
	617	481

12. Patrimônio líquido

Os superávits da Entidade são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa nº 1. O patrimônio social representa os superávits e déficits de exercícios anteriores. O superávit do exercício será transferido para a conta patrimônio social após aprovação da Assembleia Geral dos Associados, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução nº 1.409/12.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Entidade, nos termos e condições previstos em seu Estatuto Social, artigo 43, seu patrimônio social será revertido em benefício de entidade de Assistência Social congênere registrada no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, que, preferencialmente, tenha sede e atividade preponderante no Estado de São Paulo.

13. Contribuições e doações – com restrições

	2017	2016
Projeto PAA JuntosPelaArte PRONAC 164149	2.100	1.412
Música em Ação	265	139
Famílias Comunidade em Rede	651	16
Jovens de Ação	1.414	385
Vocação Sustentável	346	147
	4.776	2.099

Recursos vinculados a projetos descritos na Nota Explicativa nº 5.

14. Contribuições e doações – sem restrições

	2017	2016
Programa nota fiscal paulista (i)	1.564	2.944
Empresa cidadã-manutenção (ii)	1.419	1.423
Doações e editais privados	125	322
Contribuições regulares	276	399
Eventos e parcerias	383	482
Programa Jovem Aprendiz	201	-
	3.968	5.570

(i) Vide Nota Explicativa nº 7;

(ii) O Projeto Empresa Cidadã (PEC) foca o patrocínio de turmas nas organizações sociais parceiras, aproximando os jovens de uma realidade mais favorável, de perspectiva e cidadania.

15. Venda de produtos

	2017	2016
Receita bruta em venda de produtos	6.157	4.524
Deduções da receita bruta	(22)	(29)
	6.135	4.495

16. Custos e despesas operacionais

A Entidade tem no centro de sua missão a inclusão e proteção social por meio de programas socioassistenciais, educacionais, culturais, de esporte e lazer, de preservação ambiental, de capacitação profissional e de desenvolvimento comunitário, para a defesa e garantia de direitos, procurando solucionar questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

O trabalho viabiliza-se no estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações sociais em estreita vinculação com famílias e comunidade. As ações sociais são desenvolvidas pelo Centro de Desenvolvimento Integral, Centro de Desenvolvimento Comunitário e Centro de Orientação para o Trabalho:

16.1. Custos com assistência social – com restrições

- **Projeto Música em Ação** – o Projeto Música em Ação se destinará a ampliar o universo cultural de crianças, adolescentes e adultos por meio de ofertas e oportunidades socioeducativas em sua região de abrangência que acontecerão na Ação Comunitária – Unidade Jardim Icaraí. Dessa forma, as atividades serão realizadas em aliança com famílias, equipamentos públicos e organizações sociais do território para a criação de um Polo Experimental de Música;
- **Projeto Famílias e Comunidade em Rede** – este Projeto terá, em síntese, como foco central as ações de capacitação de lideranças para uma atuação junto às famílias dos usuários dos serviços socioassistenciais no aprofundamento da aplicação dos princípios da Abordagem Colaborativa em direção a uma consciência e mobilização de vontades para uma participação propositiva na formulação de projetos comunitários que expressem o desejo de transformação de suas comunidades;

- **Projeto Jovens de Ação** – promover a autoria infanto-juvenil e a capacidade de 8898 crianças e jovens gerirem seu próprio aprendizado visando o pleno desenvolvimento nos territórios de Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar e M'Boi Mirim, por meio de diversificadas práticas associativas, artísticas, formativas, a multiplicação e a incidência política na defesa de direitos da infância e da juventude, assim como a disseminação de hábitos saudáveis e de consumo responsável;
- **Projeto Vocação Sustentável** – fomentar práticas que visem o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e adultos a partir de princípios básicos de sustentabilidade e por meio de atividades socioeducativas baseadas na experiência e na participa o da comunidade: família, escola e demais equipamentos públicos presentes no território;
- **Projeto PAA JuntosPelaArte** – estimular a experiência, produ o, media o, circula o e difusão de saberes, como garantia da democracia cultural,   crianças, adolescentes e jovens do programa de desenvolvimento integral, em Organiza es Sociais parceiras de atendimento da região sul do Município de São Paulo e das cidades de Itapeperica da Serra e Embu Guaçu, por meio de projetos de a o cultural em artes c nicas, plásticas e manifesta es populares.

Composi o dos custos de assistência social com restri o 2017 e 2016:

Projetos incentivados	2017	2016
Projeto Pronac 164149	2.100	1.412
Música em A�o	265	139
Famílias Comunidade em Rede	651	16
Jovens de A�o	1.414	385
Voca�o Sustentável	346	147
	(4.776)	(2.099)

Os registros nessas rubricas correspondem aos custos de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às a es beneficentes e d o base para evidenciar os atendimentos concedidos.

16.2. Despesas com assistência social – sem restri es

- **Centro de Desenvolvimento Integral** – O Centro de Desenvolvimento Integral   a área da Voca o dedicada ao trabalho socioeducativo. Seu objetivo   promover o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, por meio de processos de forma o permanente de profissionais atuantes nos serviços socioassistenciais públicos e privados;
- **Centro de Desenvolvimento Comunitário** – Visa promover o desenvolvimento local de forma ampla e integrada, incentivando a aproxima o entre organiza es sociais, famílias e outros atores das regiões atendidas, elegendo a coopera o como valor essencial para o desenvolvimento de uma comunidade preocupada com a prote o das crianças, adolescentes e jovens;
- **Centro de Orienta o para o Trabalho** – O Centro de Orienta o para o Trabalho   responsável pelo fortalecimento do potencial profissional dos jovens, bem como pela inser o destes em oportunidades dignas de trabalho. A  rea baseia-se em parcerias ganha-ganha com o setor empresarial: ao mesmo tempo que os jovens atendidos alcançam seus objetivos de capacita o profissional, as empresas se beneficiam com a contrata o de pessoas qualificadas.

Composição dos custos com assistência social sem restrição 2017 e 2016:

	2017	2016
Centro de Desenvolvimento Integral	(1.534)	(1.537)
Centro de Desenvolvimento Comunitário	-	(615)
Centro de Orientação para o Trabalho	(708)	(1.081)
	(2.243)	(3.233)

Os registros nessas rubricas correspondem às despesas de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e outras atividades assistenciais, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

17. Custo dos produtos vendidos

	2017	2016
Personalização de produto	(102)	(99)
Matéria-prima	(125)	(139)
Custo de aquisição de produtos para revenda	(3.587)	(2517)
	(3.814)	(2.755)

18. Despesas com vendas de produtos

	2017	2016
Despesas com pessoal	(1.321)	(970)
Despesas com logística e comunicação	(456)	(341)
Outras despesas	(83)	(59)
	(1.860)	(1.370)

19. Despesas com mobilização de recursos

	2017	2016
Despesas com pessoal	443	455
Despesas com marketing e eventos	100	106
Representação e serviços tomados	771	780
Outras despesas	119	134
	1.233	1.475

20. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros dos organismos da Entidade, exceção feita à remuneração do Superintendente. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente nos projetos sociais e à manutenção de suas atividades.

21. Concessão de gratuidade

Os valores relativos ao atendimento gratuito são apurados pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folhas de pagamento e contratos de produtos e serviços.

A administração da Entidade entende que os recursos alocados as atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei 12.101/09. A análise e aprovação do cumprimento dos requisitos legais, estão vinculadas às futuras prestações de contas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

A gratuidade é concedida observando-se as determinações da Lei nº 12.101/09 e obedecendo aos limites mínimos, conforme art. 4º Inciso II da Seção I da Saúde e pelo artigo 13º §1º inciso III “a” e “b” da seção II da Educação, e também pelo artigo 18º §1º e §2º da seção III da Assistência Social, conforme demonstrativo a seguir:

Números (em quantidades) de atendimentos em 2017 e 2016

	2017	2016
Centro de Desenvolvimento Integral	14.050	2401
Centro de Orientação para o Trabalho	84	104
Pessoas atendidas	14.134	2.505
Projetos	2017	2016
Projeto Pronac 164149	1.414	1.414
Música em Ação	249	249
Famílias Comunidade em Rede	3.673	3.673
Jovens de Ação	2.154	2.154
Vocação Sustentável	277	277
Pessoas atendidas	7.767	7.767

22. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Ação Comunitária do Brasil – São Paulo é uma Entidade de assistência social, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em âmbito federal, estadual e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social. De acordo com o disposto no § 2º do artigo 24, da Lei nº 12.101/2009, a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação, o pedido de renovação foi protocolado tempestivamente com o número 71000.098395/2014-24 deferido em 19 de julho de 2015.

23. Isenção previdenciária usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 de 1991, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à isenção usufruída – INSS em R\$ 1.251 (R\$ 1.027 em 2016).

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

24. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Entidade identificou e mensurou todo o valor de trabalho voluntário por ela recebida durante os exercícios de 2017 e 2016.

Os valores de trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes à cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

	2017	2016
Serviços de auditoria	28	27
Serviço de proteção de crédito	166	135
Anúncios gratuitos na internet	331	355
	526	517

25. Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade não apresentava quaisquer avais, fianças e garantias.

26. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros mantidos pela Entidade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

Riscos associados

A Entidade opera apenas com Instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

* * *



Celso Luiz Teani de Freitas
Superintendente



Celia Regina Arruda
Contadora
CRC 1SP173663-09

